

PORTUGUESES E BOTOCUDOS: CONFLITOS TERRITÓRIAS, SÓCIO-CRIMINAIS E AMBIENTAIS EM “NOTÍCIAS SOBRE OS SELVAGENS DO MUCURI” (1847-1861)

Alessandro da Silva Leite, UFF¹

Ana Maria Motta Ribeiro, UFF²

Resumo: Investigou-se a dinâmica dos conflitos sócio-criminais, territoriais e ambientais entre portugueses e botocudos nos vales dos rios Mucuri e Doce, a partir do relato Notícias sobre os selvagens do Mucuri, (Teófilo Otoni/1858). Os vales dos rios mencionados foram delimitados pela ideia do “medo dos canibais”, uma vez que, em sua formação e representação, a hostilidade dos botocudos foi um elemento central. A decadência da mineração levou o império brasileiro a forçar a entrada e invasão nos territórios habitados pelos botocudos. A hostilidade dos botocudos foi abordada como estratégia de defesa e afirmação rebelde, envolvendo o emprego de práticas violentas incorporadas às suas identidades originais, tais como, o esquartejamento e o canibalismo, visando garantir a produção-reprodução de um território de existência étnica independente. A hipótese aqui explorada foi a de que novas formas de violência política foram acionadas pelo poder oficial que, por meio da mobilidade humana compulsória e arbitrária, promoveu a expulsão dos botocudos de seus territórios, impôs a entrada de imigrantes “brancos”, transformou o uso econômico e cultural do território por meio da ocupação econômica predatória do sistema agropecuário, bem como criminalizou ideologicamente os botocudos.

Palavras-chaves: Conflitos territoriais; Sócio-criminais e ambientais; Mobilidade humana; Colonização de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Introdução

O escopo desta comunicação é o de abordar, por meio da dinâmica da mobilidade humana ocorrida durante a colonização do Vale do Mucuri, as tensões nas relações entre imigrantes e botocudos, problematizadas a partir dos conflitos territoriais, sócio-criminais e ambientais. Nesse sentido, se propõem um estudo indiciário (GINZBURG, 1989) dos conflitos entre portugueses e botocudos, abordados a partir da teoria da acumulação primitiva de capital, na modalidade de expropriação (MARX, 1980), procurando fazer a identificação, descrição e análise dos dispositivos de violência legal aplicados no extermínio, subalternização e incorporação dos nativos pelos projetos econômicos e políticos do estado imperial brasileiro.

Procurou-se também proceder à recuperação no relato “Notícias sobre os selvagens do Mucuri” (TEÓFILO OTONI, 1858), um documento organizado e publicado pela historiadora Regina Duarte, em 2002, os elementos da resistência dos botocudos aos projetos hegemônicos de dominação do estado imperial brasileiro, marcados pela expansão de autoridade e controle, por meio da expropriação e da exploração mercantil dos territórios naturais desses nativos. Assim, neste trabalho se abordou a hostilidade dos botocudos, relatada pelo documento de atuação da Companhia de Navegação e do Comércio do Vale do Mucuri, 1847 a 1858, “a contrapelos”, não como atos de selvageria, mas como atos de resistência à subalternização.

1 Professor de Teoria Política, na FADILESTE/MG. Doutorando em Ciências Sociais e Jurídicas, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, PPGSD, da Universidade Federal Fluminense, UFF, orientando da Profa. Dra. Ana Maria Motta Ribeiro, Mestre em História Social, Universidade Severino Sombra (USS), membro integrante do Projeto de Orientação Coletiva “Grupo Doraluz” – UFES/UFF, coordenado pelos profs. Drs. Márcia Barros Ferreira Rodrigues (UFES), Ana Maria Motta Ribeiro e Wilson Madeira Filho (UFF); e-mail: alessandrosl2000@yahoo.com.br

2 Professora Adjunta IV da Universidade Federal Fluminense. Doutora em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, professora permanente da linha de pesquisa “conflitos socioambientais, rurais e urbanos”, no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, PPGSD, da Universidade Federal Fluminense, UFF; coordenadora do Projeto de Orientação Coletiva “Grupo Doraluz” – UFES/UFF. e-mail: anamribeiro@outlook.com

Os acontecimentos aqui analisados ocorreram na segunda metade do século XIX, na região fronteira aos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, nas proximidades dos territórios banhados pelo Rio Doce, que foi um importante vetor da colonização do Espírito Santo, na conjuntura de redimensionamento da economia brasileira e da mobilidade humana, a partir da decadência da atividade mineradora, solapando a acumulação mercantil e levando a uma nova estratégia política e econômica de acumulação mercantil, por parte do estado imperial brasileiro.

A hipótese explorada foi que durante a colonização do vale do Mucuri, por meio da mobilidade urbana compulsória e arbitrária, novas formas de violência legal foram acionadas pelo Estado brasileiro, para levar a cabo o projeto de dominação, caracterizado pela expansão territorial, redimensionamento da economia e subalternização dos povos nativos. Dessa maneira, foram acionadas práticas de violência legal como: a expulsão dos botocudos de seus territórios, a imposição da entrada de imigrantes “brancos”, a transformação do uso econômico produtivo do território, por meio da expropriação e da ocupação populacional, dos sistemas de agricultura e pecuária e, principalmente, da criminalização ideológica dos botocudos.

Três partes constituem essa comunicação. Na primeira parte, são abordados os aspectos gerais da organização espacial, econômica e populacional de Minas Gerais no século XIX, com ênfase nas regiões dos vales dos rios Mucuri e Doce em relação à área central da mineração. Na segunda parte, abordam-se as mudanças de orientação na economia-política do estado imperial, ampliando a noção de expansão e ocupação do território, por meio da (re) organização da produção econômica e da população. Na terceira parte, são destacados os atos de resistências dos botocudos aos projetos de hegemônicos de subalternização, demonstrando que nenhum sistema produtivo econômico é plenamente hegemônico, mas tem a capacidade de se tornar hegemônico, porque, como lembrou Harvey (1992), o modo de produção dominante se encarrega de criar dispositivos pelos quais assimila seus inimigos, superando as contradições por eles representadas.

Espaço, economia e população: Minas Gerais no século XIX.

Para fazer uma abordagem dos aspectos socioeconômico, espacial e populacional de Minas Gerais no período recortado neste estudo é necessário levar em conta alguns fatos, ocorridos entre os últimos anos do século XVIII e meados do século XIX, tais como, a crise da atividade econômica mineradora, o redimensionamento do sistema mercantil e da atividade de acumulação primitiva de capital, a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro e uma intensa mobilidade humana.

Com efeito, esses acontecimentos impulsionaram importantes transformações não só de caráter econômico, mas, sobretudo, político, cultural e espacial na província de Minas Gerais. No tocante ao redimensionamento do sistema mercantil e da mobilidade humana, as transformações foram marcadas por conflitos territoriais, sócio-criminais e ambientais. Os grupos sociais que protagonizaram essa (re) organização no território mineiro eram muito distintos, sob todos os aspectos, dos grupos sociais que originalmente eram os habitantes dos territórios almejados pelos imigrantes. No caso deste estudo, é possível identificar pelo menos três grupos sociais distintos envolvidos, a partir de 1847, na ocupação e dinamização do território do Vale do Mucuri.

O vale do Mucuri situa-se na região fronteira dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, em sua porção

litorânea norte e noroeste, estando em contato direto com territórios banhados pelo vale do Rio Doce, que foi um importante vetor da colonização do Espírito Santo, no século XIX. Originalmente, os vales desses rios mencionados foram construídos, imagética e geograficamente, sob a forte influência da ideia do “medo dos canibais”, pois a hostilidade dos botocudos contra os colonizadores foi o elemento central da representação desses nativos, que se constituem no primeiro grupo social envolvido no processo aqui estudado.

O segundo grupo social era formado pelos indivíduos que já ocupavam a região das minas, quando da decadência da mineração como atividade econômica principal, e tiveram de ser reorganizados no espaço geográfico, a partir das atividades agropecuárias. O terceiro grupo era formado pelos europeus atraídos pelas políticas imigrantistas e pela possibilidade de tornarem-se pequenos proprietários, especialmente, a partir de 1850. Embora sempre em menores quantidades do que para as outras províncias brasileiras, Minas Gerais também recebeu imigrantes estrangeiros para povoar as áreas vazias de seu território.

Na historiografia demográfica se identificou pelo menos três modelos de formação territorial ou regionalização espacial para a primeira metade do século XIX. O primeiro modelo, apresentado por Paiva (1996), abrange o período de 1830 a 1835 e se constitui das regiões da Mata, dos Campos Sul, Mineradora Central, do Rio das Velhas, do Alto São Francisco, do Sertão do Rio Doce, de Diamantina, do Sertão do São Francisco, do Sertão do Urucuia e de Paracatu. Segundo a autora, enquanto a região mineradora apresentava uma população estimada em 307.132 habitantes, o sertão do Rio Doce contava com 267 habitantes.

O modelo desenvolvido por Libby (1988) se refere ao período de 1831 a 1840 e ao ano de 1872, quando ocorreu o primeiro censo oficial do império. Nele, se encontram as regiões Metalúrgica-Mantiqueira, Zona da Mata, Região Sul, Região Oeste, Triângulo, Alto Paranaíba, São Francisco Montes Claros, Paracatu, Província de Minas Gerais e Jequitinhonha-Mucuri-Doce. O percentual de habitantes para a última região, quando comparado com as demais, se apresenta como o mais baixo.

Martins, Lima e Silva (2002), analisando dados levantados em 1861, pelo presidente da província de Minas Gerais, dividiram-na nas regiões Centro, Centro-Oeste, Campo das Vertentes, Jequitinhonha-Rio Doce, Mata, Sul e Sudoeste. De acordo com os pesquisadores, Minas Gerais apresentava na segunda metade do século XIX uma população de aproximadamente 329.031 pessoas, sendo que, deste total, 53.279 ocupavam a região Jequitinhonha-Rio Doce, enquanto 91.088 ocupavam o Centro, região que se identificava com os territórios das minas.

A comparação entre o primeiro e o último modelo permite uma clara percepção da intensa mobilidade humana ocorrida nas Minas Gerais principalmente por meio da reorganização da população interna. Os dados sinalizam que a maior parte dos indivíduos que ocuparam os territórios dos vales dos rios Mucuri, Jequitinhonha e Doce, na fronteira com o Espírito Santo, se deslocaram do trabalho na mineração – Centro -, então decadente, para se ocuparem das atividades agropecuárias, pois, enquanto os indicadores populacionais para a primeira região aumentaram, os indicadores populacionais para a segunda região diminuíram significativamente, conforme se observa no quadro abaixo:

Quadro comparativo da população de Minas Gerais, 1830-1835 e 1861, na região central, mineradora, e no vale dos rios Doce e Mucuri

Modelo 01: Paiva (1996)	População 1830-1835	Modelo 03: Martins, Lima e Silva (2002)	População 1861
Mineradora Central	307.132	Centro	91.088
Sertão do Rio Doce	267	Jequitinhonha-Rio Doce	53.279

Fonte: Paiva (1996) e Martins, Lima e Silva (2002).

Foi sobre os primeiros movimentos do “espírito do capitalismo” que o Brasil surgiu no cenário mundial. No sentido de explicar, historicamente, o desenvolvimento econômico-político brasileiro nos quadros do modo de produção capitalista se destacaram algumas teorias macroeconômicas, sistêmicas ou cíclicas. Simonsen (2005) foi responsável pela introdução, nos estudos econômicos sobre a colônia e o império, da noção de “ciclos econômicos” do açúcar, da mineração e do café como atividades econômicas principais na acumulação primitiva de capital.

Furtado (2005), sintetizou dois grandes sistemas econômicos para explicar o caráter cíclico e interdependente das atividades econômicas brasileira. O primeiro sistema foi o da economia agrícola açucareira que se articulava com seu subsistema, a pecuária, num amplo eixo geoeconômico e político nordestino. O segundo foi o sistema minerador, articulado à agropecuária, porém num eixo de relações econômicas e políticas nas regiões sudeste e meridionais.

Holanda (1968), num importante estudo sobre a economia mineradora colonial, ressaltou a diversificação econômica no centro-sul e enfatizou, simultaneamente, como essas atividades contribuíram no deslocamento do eixo de dominação na relação colônia-metrópole e no incremento – populacional e técnico - da formação de áreas de produção rural, próximas ou distantes dos distritos mineradores. O autor demonstrou, ainda, como o esgotamento progressivo da atividade mineradora, em fins do século XVIII, coincidiu com eventos da conjuntura econômica internacional, favorecendo ao surgimento e desenvolvimento de atividades agrícolas, especialmente, as lavouras de exportação do café, que passaram a ser a atividade econômica principal da acumulação de capital.

Cardoso (1979) apresentou um esquema analítico da economia colonial brasileira tendo como característica principal a existência de uma estrutura econômica produtiva onde se articulavam dois sistemas: um escravista dominante e outro camponês. O sistema escravista tinha por finalidade produzir mercadorias destinadas aos mercados europeus enquanto o sistema camponês -, subordinado ao escravista, tinha o propósito de atender suas demandas, produzindo, sobretudo, alimentos e transportes.

Obviamente que a noção de ciclos ou sistemas econômicos não descarta a coexistência de outras atividades econômicas e as inter-relações dessas com a atividade produtiva principal. Contudo, no caso da atividade mineradora isso ficou muito evidente, pois, quando essa atividade entrou em decadência, as outras atividades produtivas que lhe davam suportes, ou seja, a agricultura e a pecuária, não só sobreviveram à crise como promoveram uma expressiva mobilidade humana, tanto interna quanto externa, além de deslocar a principal fonte de acumulação primitiva do capital da mineração para a lavoura cafeeira.

Como aprendemos com Marx (1818-1883), será sempre do interior dos sistemas que surgirão os motores para a superação de suas crises. Dessa forma, ao arrefecimento final da economia do ouro, seguiu-se nas Minas Gerais, o desenvolvimento de um mercado interno e de comércio de gêneros agrícolas que operou na superação da crise econômica e populacional ao rearticular a dinâmica econômica e promover a mobilidade humana para áreas de vazio demográfico, como o Vale do Mucuri.

A partir de meados do século XIX, na Europa, as mudanças ocorridas na distribuição da posse da terra, aliadas ao processo de modernização da agricultura e das modificações nas relações de trabalho, tornaram a mobilidade humana uma alternativa para escapar das crescentes limitações do mercado de trabalho europeu (BOTELHO, 2002). Nesse sentido, as terras americanas, por causa da situação de escassez de mão de obra e abundância de terras, se tornaram atraentes para as populações europeias que eram expulsas, principalmente, do campo, pela dinâmica da “acumulação por expropriação” (MARX, 1980).

Nessa conjuntura, o estado imperial brasileiro procurou atrair, sobretudo, trabalhadores para as lavouras de café, cuja preferência dos fazendeiros recaiu sobre os grupos e núcleos familiares, pois isso tendia a tornar menos problemático o controle do trabalho e a diminuir os riscos de retorno. Contudo, os imigrantes também foram atraídos pelas áreas de fronteiras agrícolas em expansão ou colônias de pequenos agricultores que, no caso de Minas Gerais, eram formadas pelas áreas de vazio demográfico. Também nessas áreas, o trabalho familiar facilitaria a exploração do lote agrícola.

Ao longo do século XIX, houve uma intensa mobilidade humana de camponeses alemães, italianos, poloneses, ucranianos, russos e de outras nacionalidades, principalmente, para os estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do Espírito Santo, São Paulo e, com menor expressividade, para Minas Gerais. Como já se disse, por causa da atividade mineradora, a província mineira alcançou no século XIX o maior número de população livre e escrava do Brasil, empregada tanto na atividade mineradora como em outras atividades econômicas de produção.

Então, quando houve a crise da atividade mineradora, Minas Gerais possuía em suas fronteiras um enorme contingente populacional que pôde ser (re)utilizado como mão de obra no setor agrícola em expansão. Dessa forma, a ênfase da mobilidade humana na província mineira recaiu mais sobre a reorganização do trabalho e a incorporação da população livre, preexistente e liberada da atividade na mineração, numa dinâmica de reorganização da produção econômica e das relações de trabalho, com a inserção de formas (pré) capitalistas de trabalho livre (LANNA, 1985).

Mesmo o imigrante europeu que veio para Minas Gerais tinha como destino os núcleos coloniais das áreas de vazio demográfico, como o Vale do Mucuri. No entanto, a despeito do desenvolvimento da atividade econômica agropecuária, ao longo do século XIX foram ainda muito frequentes as tentativas de reviver o surto minerador. Assim, as bandeiras e investidas iniciais de ocupação dos “novos territórios” tinham, na maioria das vezes, o objetivo de procurar metais e pedras preciosas nos vales dos rios localizados nas regiões distantes dos antigos centros de mineração. Por outro lado, esse processo acionou vários conflitos entre os grupos étnico-sociais que chegavam – os imigrantes – e os grupos que, originalmente, habitavam o território.

O Vale do Mucuri: “um país encantado, uma espécie de Eldorado”

O território de Mata Atlântica que forma os vales do Mucuri e Rio Doce sempre povoou o imaginário colonial. Desde fins do século XVIII, várias expedições frustradas se aventuraram em tentativas de ocupação do território dos vales. Muitos expedicionários se perderam nas matas, foram vítimas do consumo de plantas venenosas, mas a maior parte deles retornou aos seus locais de origem atemorizados com os ataques que sofreram dos índios botocudos, famosos pelo “apreço” ao gosto da carne humana. No entanto, a partir do século XIX, esse quadro se transformaria radicalmente.

Mattos (2002) indicou em seus estudos acerca da relação entre nativos e colonos que o interesse pelos territórios dos rios Mucuri e Doce ocorreu num contexto de crise social, especialmente, da crise aurífera que levou a uma ressignificação simbólica e metafórica desses territórios e dos seus habitantes naturais. Nesse sentido, os vales desses rios passaram a se inscrever simbolicamente, como atesta o trecho do relato de Teófilo Otoni (DUARTE, 2002, p. 44), num “país encantado, uma espécie de Eldorado”, assumindo, apesar da presença de uma população nativa hostil e resistente à colonização, os Botocudos, o locus para a solução da crise econômica.

Dessa maneira, os territórios ambicionados pelos projetos colonizadores do século XIX deixaram de ser representados pela ideia de “medo dos canibais” passando à ideia de fronteiras agrícolas e áreas para a colonização, reorganizando a população e explorando as novas atividades econômicas. Essa mudança na representação das áreas, pouco conhecidas e controladas, porém estrategicamente salutares para a proteção da economia mineradora, foi acompanhada pela mudança na representação dos habitantes originais. Assim, de “canibais” que deveriam ser temidos, os botocudos passaram a inimigos que deveriam ser exterminados.

Conforme Duarte (2002), o presidente da província de Minas contratou, em 1836, o engenheiro, Pedro Victor Renault, para realizar oficialmente uma expedição de reconhecimento do potencial de exploração do rio Mucuri e seu principal afluente, o rio Todos os Santos, e também para definir o melhor local para ser construída uma colônia de degredados e vadios. O relatório da viagem, apresentado por Renault, despertou perspectivas muito otimistas. Nele, apesar de não haver nenhum sinal da ocorrência de ouro e de pedras preciosas, o engenheiro destacou a fertilidade das terras e sua salubridade para o cultivo de lavouras. Contudo, ressaltou que tal intento só teria êxito se a “questão indígena” fosse solucionada.

Com se disse anteriormente, apesar da decadência da mineração, muitas caravanas que começaram a penetração das cabeceiras do Mucuri e de seus afluentes, foram em busca de ouro e de pedras preciosas. Dessa maneira, os colonos tomavam a direção norte para procurar ouro, na direção da famosa Lagoa Dourada, procuravam os diamantes da serra do Chifre e na direção da serra das Esmeraldas buscavam pedras preciosas. Somente na direção sul, os colonos iam atrás dos falados campos do Tambucuri. Entretanto, em todas as direções se deparavam com a presença, hostilidade e resistência dos habitantes originais desses territórios, ou seja, diferentes grupos nativos, genericamente, denominados por botocudos.

O uso do termo botocudo para se referir aos índios mais hostis à presença do colonizador surgiu a partir de 1760. Além da hostilidade, esses indígenas portavam adereços muito semelhantes nas orelhas e lábios inferiores chamado de “botoque”. Por “botocudos” ficaram registrados no simbólico colonial – e ainda no

simbólico atual - diferentes grupos de nativos, tais como, os Giporok, Tapuias, Aranã, Pojichá, Aimoré, Coroados, Naknenuk, Bakuen, Tamonhec, Crenauques, Minia-jirunas, Gutcraques, Nacrequés, Pancas, Manhangirés, Incutcrás. (MATTOS, 2002).

Embora, originalmente, a região do Jequitinhonha, Mucuri e Doce também tenha sido povoada por colonos baianos, a partir das fronteiras das capitânicas de Minas Gerais e da Bahia, coube aos irmãos Teófilo Otoni e Honório Benedito Otoni conduzir a colonização do vale do Mucuri. Estes receberam, em 1847, do Governo da Província de Minas Gerais, concessão, favores e privilégios de fundar uma empresa colonizadora: a Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri.

O objetivo principal dessa empreitada foi abrir novas vias de comunicação para fazer a ligação entre o norte da província de Minas Gerais com o litoral, a partir do lado leste, ou seja, da província do Espírito Santo. Para tanto, a companhia criada pelos irmãos Otoni operou nos territórios do Mucuri e Rio Doce no período de 1847 a 1861. Por causa das denúncias relatadas pelo viajante, Robert Avé-Lallemant, sobre as condições dos imigrantes na região e suas relações conflituosas com os nativos, em 1861, a Companhia foi encampada pelo governo imperial.

No processo de ocupação dos territórios do Mucuri, o contato entre os colonos e os diferentes subgrupos botocudos, acionou vários conflitos de caráter territorial, sócio-criminal e ambiental. A “decadência da idade do ouro” e a necessidade da superação dessa crise de acumulação levaram o império brasileiro a forçar a entrada e invasão nos territórios habitados pelos hostis botocudos, acionando novas formas de violência política. Essas, por meio da mobilidade humana compulsória e arbitrária promoveram a expulsão, a dominação e o extermínio dos botocudos de seus territórios, impuseram a entrada de imigrantes “brancos”, transformaram o uso econômico e cultural do território, pela ocupação econômica predatória do sistema agropecuário, além de criminalizarem ideologicamente aos botocudos.

No entanto, a “contrapelo” da maior parte da historiografia acerca desse tema, a hipótese explorada nesse estudo foi de que, apesar do êxito da violência política sobre os nativos, esses ao se colocarem em conflitos e/ou negociações com os colonizadores, também acionaram, em seus elementos de organização social e cultural, os dispositivos de resistências rebeldes como tentativas de sobrevivência, defesa, afirmação de suas identidades e produção-reprodução étnica, diante de um projeto de subalternização. Os atos de resistências dos botocudos também envolviam o emprego de violências estratégicas, que se incorporavam às suas identidades originais, tais como, as correrias, as depredações, o assassinato e o esquiteamento, e, ainda, os rituais antropofágicos, visando garantir a permanência de um território étnico autônomo.

Conflitos territoriais, sócio-criminais e ambientais, atos de resistências indígenas e subalternização:

O documento “Notícias sobre os selvagens do Mucuri” é um relato feito por Teófilo Otoni, em 1858, descrevendo ao presidente da província de Minas Gerais o que chamaremos de “estado da arte” do projeto de colonização do Vale do Mucuri. Nele, Teófilo Otoni informa sobre as tensões entre os colonos e os nativos, bem como o propósito, as estratégias e os êxitos da empreita assumida por ele e seu irmão, Benedito. No tocante às tensões, o relato abarca tanto a violência cometida pelos colonos quanto pelos indígenas.

Segundo Otoni (DUARTE, 2002), nenhuma caravana, por mais numerosa que fosse, podia se sustentar

na mata frente aos seus habitantes, ou seja, os botocudos que se apresentavam excessivamente hostis à presença dos colonos em seus territórios. Dessa maneira, eram frequentes as reclamações dos colonos e também das autoridades, junto ao presidente da província de Minas Gerais, sobre a hostilidade dos nativos, exigindo providências contra as excursões - correrias e depredações – realizadas nas colônias pelos botocudos. Às reclamações da hostilidade dos nativos, o governo respondia com a violência política da pólvora e bala, enviando destacamentos policiais e patrocinando a formação de milícias civis para exterminar os grupos indígenas.

As correrias e depredações que os botocudos realizavam nas colônias são aqui vistas como importantes elementos de resistência e afirmação de suas identidades de formadores e ocupantes originais dos territórios. Assim, diante de um projeto de subalternização do território e das comunidades nativas, os botocudos respondiam com atos de resistências que correspondiam às invasões nas roças e lavouras cultivadas pelos colonos, destruindo as plantações e benfeitorias, bem como ao roubo de ferramentas e de gêneros alimentícios e de produtos pecuários. Ocasionalmente, fazia parte também dos atos de resistências dos botocudos o assassinato de colonos que era, geralmente, seguido de rituais antropofágicos. Nesses rituais, algumas partes do morto eram ingeridas pelos nativos e outras partes, como a cabeça, os braços, as orelhas e os pés eram espalhadas nas árvores e nas cercas próximas das cidades.

Como estratégias para a subalternização e represálias aos atos de resistências dos botocudos, um termo corrente entre os colonos das Minas Gerais e do Espírito Santo era matar uma aldeia (DUARTE, 2002, p. 47), tratando-se de expressão para se referir ao uso de certos dispositivos de caça aos selvagens. Um desses dispositivos envolvia a ajuda de índios que, por diversas razões, inclusive sobrevivência, se alistavam como soldados nas divisões e destacamentos militares ou civis, operando como guias, diretores e línguas nas expedições de caça porque, além da localização dos grupos, conheciam também os seus hábitos. Tratava-se de cercar a aldeia ao cair da noite para atacá-la durante madrugada, enquanto os índios estavam dormindo, amontoados junto ao fogo que cada família fazia para se aquecer e proteger de animais ferozes.

Por estarem dormindo, os nativos achavam-se destituídos de seus arcos e flecha e, por esse motivo, o ataque deveria ocorrer em dois atos complementares. No primeiro, apossava-se das armas dos nativos e, no segundo, se procedia à matança dos guerreiros e dos mais velhos. Depois de realizado o ataque, os colonos procediam à separação dos kurucas – as crianças indígenas - de algumas índias moças bonitas e índios mais jovens para servirem de despojos. Em seguida, assassinavam os demais nativos sobreviventes do ataque.

Os Kurucas e alguns índios maiores eram negociados pelos soldados como escravos entre os colonos, algumas índias os soldados submetiam a abusos sexuais, transformando os quartéis e acampamentos militares em verdadeiros serralhos. Os índios mais jovens eram forçados a trabalhos pesados e contínuos em regime escravista e de torturas. Era costume, ainda, que os soldados dessem aos seus cães a carne dos botocudos, como alimento.

Outro dispositivo de extermínio costumeiramente aplicado pelos soldados e colonos consistia no uso de veneno e na contaminação por doenças, como o sarampo, para as quais os nativos não possuíam nem resistências imunológicas, nem tratamento medicinal. As doenças eram inoculadas por meio das ofertas de

roupas usadas por colonos e soldados que haviam sido por elas contaminados. As roupas eram espalhadas pela mata nas proximidades das tribos e eram vistas pelos nativos como condições de possibilidade de aproximação.

Diante do quadro encontrado pelos irmãos Otoni, a proposta de colonização apresentada pela Companhia de Navegação e Comércio do Vale do Mucuri tinha como principal estratégia tratar com bondade aos selvagens, pois viam esse tratamento como meio infalível de conquistar-lhes a amizade. Dessa forma, os empregados da companhia estavam autorizados a entregar farinha e ferramentas a quantos selvagens encontrassem, como sinal de aproximação e pacificação. Contudo, de acordo com Duarte (2002), tal postura assumida pela Companhia, em sua aparência muito mais humana que a dos soldados, não diferia muito do tom etnocêntrico que caracterizou o século XIX.

Nela, não se encontrou nenhum indício de existência de qualquer elemento, critério ou valor referente à alteridade das populações indígenas. Na sua essência, recorrer a esse dispositivo foi uma forma de legitimar, por meio do escambo e não da expulsão compulsória, a expropriação territorial dos nativos. Desse modo, com a ajuda dos mesmos, seus próprios territórios originais foram conquistados, bem como, se anulou possibilidades de resistências ao projeto de sua subalternização.

Recuperar a hostilidade dos botocudos sob a perspectiva de seus atos de resistências não modifica o fato de que, ao fim e ao cabo, esses nativos foram exterminados, subalternizados e incorporados a um sistema de produção totalmente distinto. Entretanto, cumpre uma finalidade importante: demonstrar que nenhum sistema produtivo econômico é plenamente hegemônico, mas tem a capacidade de se tornar hegemônico, porque, como lembrou Harvey (1992), o modo de produção econômica dominante se encarrega de criar dispositivos pelos quais assimila seus inimigos, superando as contradições por eles representadas.

Considerações Finais

À guisa de considerações finais, reitera-se que este trabalho se ocupou de analisar como a mobilidade humana em Minas Gerais no século XIX, durante a ocupação do Vale do Mucuri, impulsionou vários conflitos entre os grupos étnico-sociais que chegavam – os imigrantes – e os grupos botocudos que, originalmente, habitavam o território. Por outro lado, nessa conjuntura, caracterizada tanto pela atração dos imigrantes estrangeiros como pela reorganização da população livre das áreas mineradoras, permite alcançar o projeto liberal do estado imperial brasileiro no XIX, marcado pela conquista, expansão do território nacional e formação de um povo. Paradoxalmente, esse projeto visava espalhar, autoritariamente, a autoridade e o controle econômico-político, por meio do extermínio, subalternização e incorporação das populações nativas, mas também dos imigrantes estrangeiros, ou de quaisquer outros grupos sociais que lhe oferecessem alguma forma de resistência.

Os esforços indiciários empreendidos nesse estudo demonstraram como a colonização do Vale do Mucuri ocorreu ainda no bojo da projeção do modo de produção capitalista em sua fase de acumulação primitiva de capital por expropriação, numa sociedade que, em decorrência da crise de sua atividade econômica principal – a mineração - se voltou para a produção agrícola, e para os ideais de uma nação civilizada, pelo autoritarismo. Assim, mesmo tendo como ênfase a não violência, a Companhia de Navegação e do Comércio do Vale do Mucuri não se encarregou do aproveitamento dos sistemas nativos de produção

econômica, mas foi um dispositivo para se conseguir dos nativos a colaboração na conquista de suas terras, anulando, com isso, as possibilidades de resistência à sua subalternização.

Os atos de resistências dos botocudos ao contato com o colono, ao denunciar as contradições de um sistema econômico que se pretendia dominante, serviram para classifica-los como inimigos. Via de regra, os inimigos de um sistema – e as contradições que eles revelam - precisam ser exterminados, subalternizados e incorporados. Foi isso que ocorreu durante a colonização do Vale do Mucuri com os botocudos, por meio das práticas de violência legal da mobilidade humana compulsória e arbitrária, que impôs a entrada de imigrantes “brancos”, transformou o uso econômico e cultural do território por meio da ocupação econômica predatória do sistema agropecuário, além da criminalização ideológica dos nativos.

Referências

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Imigração e família em Minas Gerais do séc. XIX. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, Minas Gerais, nov. 2002.

CARDOSO, C. F. S.. **Agricultura, Escravidão e Capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

DUARTE, Regina Horta (org.). **Notícias sobre os selvagens do Mucuri**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005, 32ª edição.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: _____. (org.). **A época colonial**. São Paulo: Diefel, 1968.

KARL, Marx. A acumulação primitiva do capital. In: _____. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, Livro I, volume 2, p. 828 a 8882.

LANNA, Anna. A organização do trabalho livre na zona da mata mineira: 1870-1920. In: _____. **A transformação do trabalho: a passagem do trabalho livre na zona da mata mineira: 1870-1920**. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Estadual de Campinas, 1985.

LIBBY, Douglas C. **Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOS, Izabel Missagia de. **“Civilização” e “Revolta”: povos botocudos e indigenismo missionário**

na província de Minas. Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

MARTINS, Maria do Carmos Salazar; LIMA, Maurício Antônio de Castro; SILVA, Helenice Carvalho da. População de Minas Gerais na segunda metade do séc. XIX: novas evidências. **X Seminário sobre a Economia Mineira**, 2002, p. 01 a 25.

PAIVA, Clotilde Andrade. **População e economia nas Minas Gerais do século XIX.** Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História do período colonial (1500-1820).** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.